

acentuaram vários oradores, que uma série de vícios está corroendo os alicerces. Não nos faltam argumentos para ilustrar essa tese. E, chamaríamos a atenção para o caráter essencialmente personalista do presidencialismo. Na verdade, a política nesse sistema de governo, por excelência, se centraliza na pessoa do Presidente da República que, além das atribuições próprias que lhes são conferidas, avoca a si, através de decretos, circulares, atribuições de outras autoridades, de tal maneira que o emaranhado burocrático da administração se torna cada vez mais complicado.

Por outro lado, não se pode negar que no regime parlamentarista o prestígio da Câmara é outro, o prestígio do Deputado é bem maior, tudo, em última análise, depende do seu pronunciamento. O Deputado é, inclusive, quem vota a confiança ou desconfiança na escolha deste ou daquele Ministro. É ele quem vai, amanhã, decidir sobre a orientação do programa administrativo a ser adotado pelo Conselho de Ministros em face da situação nacional. O povo ficará aqui pelos seus representantes..."

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Atenção. A Mesa pede a colaboração, em sessão tão importante, do comportamento dos parlamentares que aqui se encontram.

O SR. LUIZ VIANA — Srs. Constituintes, sabem V. Ex^{as} de quem são estas palavras tão eloqüentes, tão lúcidas, tão vigorosas e que só me animei a evocar porque são realmente uma grande síntese de todos os males do presidencialismo?

Estas palavras são do eminente orador que me antecedeu, o Senador Humberto Lucena. (Palmas prolongadas.)

Pois bem, Sr. Presidente, esta página negra, a página negra, irei ao plebiscito... Irei daqui a pouco atender a V. Ex^a

Sr. Presidente, pois é esta página que vamos hoje, com o voto consciente, um voto que sai da razão e sai do coração, é esta página da História do Brasil que vamos arrancar, hoje, para substituí-la com uma página de dignidade e de liberdade.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Atenção. Pedimos que o orador não seja interrompido.

O SR. LUIZ VIANA — E vamos fazê-lo, Sr. Presidente, atendendo àquilo que recomendou o Presidente Tancredo Neves quando, ao escrever o discurso com que devia tomar posse nesta Casa, gravou este conceito:

"Caberá aos Delegados da Nação, eleitos com mandatos expressos de Constituintes, o ato soberano de aceitar, emendar ou rejeitar a proposta de lei fundamental que lhe encaminharei."

Se assim se fizer, e assim se fará, teremos a primeira grande oportunidade histórica de redigir uma Constituição ajustada às aspirações do povo.

Ora, Sr. Presidente, eu pergunto: que Constituição será esta? Será esta emenda, esta infeliz emenda que acaba de ser lida neste plenário? Não! Não e não!

A Constituição sonhada por Tancredo Neves é aquela que daria ao País o mesmo sistema com que ele assumiu o Primeiro-Ministério do regime parlamentar da República. (Palmas.)

Por ele, aliás, Sr. Presidente, podemos aquilatar com todo o vigor qual a diferença do regime presidencial para o regime parlamentarista. Quando Tancredo Neves organizou o seu Ministério, ainda eram poucos os Ministros de Estado, eram poucos, eram 13 Ministros, hoje são 26. Pois bem, hoje há apenas 4 representantes do parlamento no Ministério; e naquela época? Entre 13 Ministros, incluindo os militares, participaram do Governo Tancredo Neves; cito inicialmente o nosso eminente Presidente Ulysses Guimarães (palmas.), a quem Tancredo Neves, no momento que deixou o gabinete, chamou, Sr. Presidente — e eu quero acentuar isto — Tancredo Neves, referindo-se aos seus auxiliares, a qualificação que deu para Ulysses Guimarães, pelo que fizera no Ministério da Indústria e do Comércio, naquele tempo ainda mal instalado, foi de preclaro Ministro da Indústria e do Comércio.

Sr. Presidente, é este preclaro Ministro de Tancredo Neves que hoje temos a honra de ter na Presidência desta Casa. Não era apenas S. Exa. também colaboraram com Tancredo Neves, Franco Montoro, Santhiago Dantas, Gabriel Passos, Oliveira Neto, Alfredo Nasser, Virgílio Távora, Armando Filho, todos eles grandes expressões da vida parlamentar. É este, Srs. Constituintes o contraste entre o governo de gabinete e o governo presidencialista, porque o governo de gabinete é o governo da conciliação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — A Mesa pede ao Constituinte termine sua oração, de vez que seu tempo está esgotado.

O SR. LUIZ VIANA — É o Governo da paz, é o governo em que todos se unem para servir à Pátria.

Quero deixar bem dito, em alto e bom som, que não aspiramos a tomar o Governo. Ao que aspiramos, num grave momento como o que atravessamos, é poder fazer, através do parlamentarismo, um governo de união nacional. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães. Fazendo soar a campanha.) — A Mesa pede que V. Ex^a encerre a sua bela oração, em virtude de o seu tempo já estar esgotado.

O SR. LUIZ VIANA — Pediria a V. Ex^a que me conceda mais cinco minutos de tolerância, a fim de que possa concluir o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Peço a V. Ex^a que conclua seu pronunciamento.

O SR. LUIZ VIANA — Sr. Presidente, no regime de gabinete, a Câmara dos Deputados é antecâmara do Ministério. Hoje são os Deputados que vivem nas ante-salas dos Ministros, e é isso que desejamos acabar.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães. Fazendo soar a campanha.) — A Mesa pede a colaboração dos Srs. Constituintes, para que não dêem apertes fora do microfone. Peço aos Srs. Constituintes que cooperem com a normalidade da sessão.

O SR. LUIZ VIANA — O ilustre apertante lembrou o plebiscito, e estou de acordo. Quero

que se faça um plebiscito para saber se o povo brasileiro quer realmente dar mais um ano, dar mais um mês, dar mais um dia de governo ao Presidente José Sarney. (Palmas.) É este o plebiscito que eu quero. Antes de se fazer o plebiscito sobre o gabinete, sobre o regime parlamentar, façamos o plebiscito para saber se o povo quer realmente mais um ano para o Presidente José Sarney.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — A Mesa pede ao nobre orador termine sua oração.

O SR. LUIZ VIANA — Sr. Presidente, desafio que os Líderes do Governo, todos eles, consigam levar o Presidente José Sarney a uma praça brasileira, a uma praça do Rio, a uma praça de São Paulo, a uma praça de Minas ou da Bahia, para lá pedir um plebiscito que dê mais um ano de Governo ao Presidente José Sarney.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — A Mesa pede ao Sr. Orador termine a sua oração, para prosseguirmos no encaminhamento da votação.

O SR. LUIZ VIANA — Sr. Presidente, não pude encontrar uma palavra que realmente dissesse tudo aquilo que desejo transmitir a esta Assembléia, sobretudo aos mais jovens, aos mais moços, àquele que começam a sua carreira, porque sabem que ela será truncada no presidencialismo. (O Sr. Presidente faz soar a campanha.) Não tendo encontrado, Sr. Presidente, uma palavra...

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães. Faz soar a campanha.) — A Mesa pede a colaboração mais uma vez do orador.

O SR. LUIZ VIANA — Eu vou terminar, Sr. Presidente, apenas com um símbolo vindo de Minas, que é o símbolo de paz, tolerância, de liberdade e de vitória. É com este símbolo que eu saúdo as novas gerações, que eu saúdo os novos tempos que vemos construir hoje nesta Casa. E este símbolo, Sr. Presidente, é o lenço branco de Teófilo Otoni. (Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra, para encaminhar a votação, o Sr. Constituinte Vivaldo Barbosa, que falará a favor da proposição.

O SR. VIVALDO BARBOSA (PDT — RJ) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes:

Temos ouvido, nos últimos dias, a análise histórica de que o parlamentarismo trouxe a estabilidade no Império e que a República presidencialista é a causa das crises por que tem passado a sociedade brasileira.

Esta, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é a visão histórica por cima, a visão histórica das elites que aqui tem sido reiterada dia após dia e que ouviremos ainda hoje.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, esta é a face sinistra das elites brasileiras, é a face sinistra do pensamento conservador brasileiro, que quer fazer esconder as atrocidades que se cometeram no Império parlamentarista, nas repressões aos movimentos sociais. A face é mais sinistra ainda quando se quer fazer esquecer que o Império parlamentarista prolongou a escravidão por mais de 40 anos. Temos a visão nítida de que a esca-

vidão não resistiria a uma única eleição presidencial, pois seria compromisso inequívoco de cada candidato aboli-la.

Sabemos que as lutas sociais deste País é que geram as crises. Assistimos, como um quadro permanente de nossa História, à luta pelos direitos do nosso povo contra a manutenção dos privilégios e esta é a raiz das nossas crises. E, agora, esta análise, elitista, esta análise conservadora quer-nos impingir a idéia de que o presidencialismo, que a República presidencialista é a culpada pelos regimes autoritários de 1930 a 1946 ou pelo regime militar pós 1964. Isto não é sério. A essência da República presidencialista é a eleição direta para a escolha dos governantes; a essência da República presidencialista é a independência do Legislativo e a independência do Judiciário.

No regime autoritário pós 1964 e de 1930 a 1946, preocuparam-se, em primeiro lugar, em afastar as eleições diretas, como querem fazer agora; preocuparam-se em amordaçar o Legislativo e em sufocar o Judiciário.

Não é sério falar que isso é presidencialismo. E, agora, querem fazer crer que, se fosse parlamentarismo, o Congresso Nacional iria resistir aos militares; os militares chegariam aqui e se deteriam diante do Congresso Nacional. E querem fazer crer que a UDN, que desfilará por inteiro aqui hoje, no parlamentarismo não percorreria os quartéis, como sempre percorreu no passado.

No autoritarismo, o Congresso foi fechado várias vezes pelo regime militar e pelo regime de 1930. Cassações foram feitas, mandatos foram cassados e efetuadas prisões de Congressistas. E a UDN parlamentarista estava aqui para defender o Parlamento, estava aqui para defender o Congresso? Estava assinando os Atos Institucionais, redigindo os Atos Institucionais. Estava assinando cassações, estava cassando mandatos de Parlamentares, e, do outro lado da praça, estavam mandando tropas fechar o Congresso. Ah! A face sinistra das elites. Ah! Os nossos bacharéis conservadores. Agora, quer esta visão elitista conservadora que copiemos a Europa, que adotemos o parlamentarismo europeu. Ora, a Europa monarquista, a Europa industrializada, a Europa de classes sociais homogêneas, a Europa sem crises econômicas. E, nós, pobre Brasil, devemos copiar a Europa monarquista, a Europa avançada e industrializada; pobre Brasil da crise econômica, pobre Brasil da miséria cravada na face da cada um, que nos enrubesce diante do Mundo. O Brasil, pobre Brasil da crise, que enfrenta mundos mais graves, que enfrenta crises econômicas, deve copiar a Europa. Mas se querem copiar a Europa, pensemos na Europa, sim, mas pensemos na Europa que se equipara ao Brasil de hoje, a Europa do pós-guerra, que nos fornece um grande exemplo. Liberais daquela época imaginavam que as monarquias e as repúblicas parlamentaristas poderiam ser adequadas para enfrentar a crise. Kelsen que escreveu a Constituição austríaca, e Hugh Pleuss, que ajudou a escrever a Constituição alemã de Weimar, cedo se arrependeram e entenderam que, diante da crise, jamais poderia sair de um Parlamento qualquer proposta política forte que enfrentasse qualquer crise. Mas, era muito tarde quando se arrependeram e quando procuraram sistemas e mecanismos para fortalecer o governo, as monarquias ou repúblicas parlamen-

taristas. O Estado já havia perdido a possibilidade de influir, a sociedade, o processo político já se havia afastado do Estado. E deu no que deu.

Quero afirmar que estou aqui, muito menos para defender uma emenda, muito mais para reclamar dessa visão elitista, estou aqui em nome daqueles que, neste país das sesmarias nunca receberam um sesmaria; estamos aqui em nome daqueles que, no país da Guarda Nacional, nunca foram nomeados coronéis da Guarda Nacional; estamos aqui no país dos institutos, no país dos conselhos, no país das Comissões Mistas, para reclamar em nome daqueles que nunca foram nomeados para esses institutos. Quero reclamar em nome daqueles humildes, daqueles desgarrados, em nome daqueles injustiçados que só têm um instante na vida em que podem olhar-se como cidadãos, quando escolhem o Presidente da República como Chefe do Governo e da Nação, em nome daqueles que nunca conseguiram furar o cerco ao Poder. Em nome deles, em nome desses injustiçados que venho aqui reclamar, porque agora querem tirar a sua última esperança, o seu último direito, o seu instante mais elevado, o momento mais sublime da cidadania que é o direito de votar, especialmente na eleição para a Presidência da República, para escolher o Chefe do Governo.

Sr. Presidente permita-me V. Ex^a dizer apenas uma palavra a mais. Nós temos, como questão do nosso tempo, a questão da democracia. Temos o compromisso com a construção da democracia. E, neste instante, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, estamos unidos na proposta presidencialista de eleição direta para a Chefia do Governo, estamos unidos os conservadores sérios e consequentes aos progressistas. Os conservadores sabem que não haverá estabilidade nem continuidade sem a incorporação da Nação brasileira ao processo político nacional, o que somente se faz através da eleição direta. Como nós, progressistas, também sabemos que não haverá transformação neste País, a não ser pela mobilização nacional no instante de eleição plebiscitária nacional, na eleição direta para a Presidência da República. (Muito bem!) Os conservadores consequentes e sérios e nós progressistas estamos unidos nesta proposta presidencialista, em nome do mais comezinho compromisso que qualquer um há de ter na vida pública, que é o de honrar os compromissos assumidos na ruas e nas praças da Nação. Em nome desses compromissos, quero lembrar Tancredo Neves, que, no compromisso à Nação brasileira, disse:

“Restabelecimento imediato das eleições diretas, livres e com sufrágio universal para Presidente da República, Prefeitos nas Capitais, nos Estados e Municípios.” (Muito bem! Palmas.)

Estamos com esta proposta, porque queremos sair daqui e elevar conosco um único emblema, o de ter dignificado a vida pública, o de honrar os compromissos públicos. E, para citar ainda Tancredo Neves devemos, para tanto, apenas e tão-somente, fazer o que S. Ex^a disse desta tribuna: colocar o ouvido na terra, como o fizeram nossos antepassados indígenas, e escutar o clamor, a voz sofrida da Nação brasileira, que pede e clama para que não retiremos o seu último direito, que é o de eleger a Chefia do Governo da Nação.

Isto, em nome da República, pois ainda há tempo de se praticar a República.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte Nelson Carneiro, que se manifestará contrariamente à proposição.

Pedimos a atenção da Casa. Numa sessão tão importante, se os Srs. Constituintes ocupassem os seus lugares no plenário, teríamos mais condições, mais ordem, normalidade e bilho, principalmente para esta sessão tão importante. Colaborem para a grandeza do episódio.

Depois dos oradores, passaremos à votação.

O SR. NELSON CARNEIRO (PMDB — RJ) — Sr. presidente Srs. Constituintes:

Na Roma antiga afogavam-se as crianças deformes, e assim agiam não por um motivo de cólera. A razão aconselhava, a afastar do que era sadio o que era enfermo?

Srs. Constituintes, temos diante de nós um monstro para aprovar; não é uma emenda, é um monstro de vários pais. (Palmas.) Contra ele se insurge a vez de um dos mais autorizados presidencialistas desta Casa, o nobre Senador Marco Maciel.

Vou repetir suas palavras, de 16 de março, há 6 dias apenas, no Senado Federal. É a palavra do Marco Maciel, um insuspeito presidencialista:

“A opção, portanto, terá que ser: ou pelo aprimoramento do presidencialismo ou pela tentativa de uma volta às experiências parlamentaristas: nunca pela adoção do que já se convencionou chamar sistema híbrido, porque pode tanto ser “presidencialismo mitigado”, ou um “parlamentarismo misto”.

Isto disse um líder presidencialista.

Mas, aqui, desta tribuna, o nobre Senador, o eminente Senador Humberto Lucena lembrou duas grandes figuras da História política do Brasil: Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek.

Getúlio Vargas suicidou-se no poder; Juscelino Kubitschek foi para o exílio sofrer as agruras por ter lutado pelo novo Brasil. Estes dois exemplos não servem para justificar o presidencialismo. E por que falar de 1961? É preciso repetir que durante os anos de 1961 e 1962, na vigência do parlamentarismo criado naquelas condições que todos conhecem, não houve queda do governo; os Urutus não saíram, porque o Parlamento reagiu. Quando foi que Urutus saíram às ruas? Foi exatamente depois do plebiscito, na vigência do presidencialismo. E como eles saíram ontem, poderão voltar amanhã se esta Assembléia não for digna do respeito, da consideração e do voto recebido do povo.

Nasci, Sr. Presidente, nas barricadas da oposição e que posso desafiar a todos aqui, porque minha vida tem sido uma constante luta pela liberdade. Defendi Juscelino Kubitschek, nesta Casa, na véspera da cassação do seu mandato. A única voz que se levantou foi a minha e naquela multidão de Deputados uma só voz se ergueu para apartar-me, a de Martins Rodrigues. O Plenário estava calado, silencioso.

Por isso é que volto a falar, hoje, neste instante; acaba de falar Luiz Viana, falará Afonso Arinos,